

A PROBLEMÁTICA DA POLÍTICA SOCIAL

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Problemática da Política Social

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P962 A problemática da política social [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-148-0

DOI 10.22533/at.ed.480192202

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas sociais – Brasil.
3. Política pública – Brasil. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

“O que transformou o mundo não foi a utopia. Foi a necessidade.”

José Saramago

Um dos maiores desafios dos governos na atualidade é a demonstração de eficiência na prestação de serviços e implementação de políticas públicas. As estruturas governamentais são, em todos os níveis de atuação, complexos sistemas organizacionais, os quais se apoiam em recursos humanos, equipamentos, tecnologia, e outros meios, com o objetivo de operar a diversidade de serviços à sociedade. Além de dar conta dos déficits sociais acumulados, sobretudo no caso de países em desenvolvimento, os governos lidam com interesses sociais, econômicos e políticos distintos que refletem a diversidade da sociedade. Deve-se compreender que os problemas sociais são multidimensionais e, por essa razão, sua resolutividade não está restrita a um único setor ou a mudanças meramente técnicas e administrativas na gestão pública, mas na superação da configuração fragmentada e desarticulada em que se encontram as políticas públicas. Travar o debate acerca da configuração das políticas sociais, considerar que existe um grande desafio a ser enfrentado, pois compreensão à base de uma leitura crítica que envolve reconhecer a importância da historicidade dos fenômenos que se manifestam na sociedade capitalista e o seu desvendamento dialético. Pereira (2011, p. 2), aborda que “a política social constitui um processo internamente contraditório, que ao mesmo tempo atende interesses opostos”, demandando assim esforços fincados no conhecimento dos seus movimentos, tendências e não convergências para que estratégias políticas possam favorecer a extensão da democracia e da cidadania. Para analisar o debate acerca da política social é necessário não só o entendimento da sua pertinência para o atual contexto de implementação das políticas públicas, como também é imprescindível a reflexão das abordagens conceituais sobre a referida temática. Esta discussão é entendida aqui como um processo que extrapola o âmbito da dimensão técnica, tendo como conjugação as dimensões políticas, ideológicas e culturais. Certas limitações têm perpassado os estudos voltados para essa temática, principalmente em relação ao entendimento da dimensão histórica e política que este debate exige. Embora a perspectiva da política social seja um elemento recente na agenda das políticas sociais, esta tem sido considerada como uma possibilidade de enfrentamento das problemáticas estruturais advindas do isolamento e fragmentação das políticas sociais brasileiras.

No artigo **A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO** as autoras Cláudia Maria Costa Gomes, Maria da Conceição da Silva Cruz, Ana Karoline Nogueira de Souza, Ana Manoela da Silva Lima, analisam, em particular, o período designado como a era Lula (2003-2016), em que o país apresentou uma melhora crescente nos indicadores sociais e econômicos. No artigo **A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA**

IDOSA, os autores Sara do Nascimento Martins, Regiane de Nazare de Sousa Rocha, Maria Leonice da Silva de Alencar, Edinalva Pinto Poça buscam realizar uma análise conceitual sobre o envelhecimento e a educação permanente, e também sobre a implementação das políticas sociais que foram cruciais para garantir e efetivação de direitos sociais da pessoa idosa. No artigo **A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL**, a autora Ketnen Rose Medeiros Barreto, Faz uma discussão sobre a ideia de controle social a partir dos estudos realizados junto ao Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). No artigo **A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG**, os autores Ednéia Alves de Oliveira, Nelson Machado Pinho Junior realiza um levantamento dos programas e projetos em desenvolvimento na cidade e para qual público eles eram destinados, corroborando a hipótese de que tais políticas são direcionadas a jovens, na sua maioria, pobres e da periferia, promovendo renda baixa e não inserção no mercado de trabalho. No artigo **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE**, a autora Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira explanar sobre a precarização do trabalho e discorrer sobre as suas expressões a nível mundial. Para tanto, referencia-se na teoria social crítica. No artigo **AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS**, analisa a presença das políticas sociais no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), buscando identificar as concepções orientadoras e os investimentos realizados no sentido de viabilizar as propostas apresentadas. No artigo **CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA**, a autora Daniela de Carvalho Ciriaco trata de alguns elementos que auxiliam na compreensão da formação brasileira a partir da expansão do capitalismo e de como os processos que decorrem deste, as reformas neoliberais são implementados tardiamente trazendo sérias consequências para a efetivação das políticas sociais e para as condições de reprodução da classe trabalhadora. No artigo **CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO**, as autoras Mari Aparecida Bortoli, Carlos Nelson dos Reis, Heloísa Teles busca discutir a relação entre as condições de vida e as estratégias de enfrentamento a exploração do trabalho engendradas pelos/as catadores/as de materiais recicláveis que atuam na coleta seletiva. No artigo **DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO**, os autores Ariele Azevedo da Silva Vieira, Leonardo Barcelos Vieira, Angela Maria Caulyt Santos da Silva refletiu-se sobre as possibilidades de atuação do Serviço Social frente às políticas sociais que contribuem para a resistência e preservação do Congo enquanto rica e expressiva manifestação cultural, na formação histórico-cultural do povo capixaba. No artigo **DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL** as autoras Ermildes Lima da

Silva, Louise Oliveira Ramos Machado buscaram ao longo do trabalho apresentar algumas inquietações, potencialidades e os desafios da supervisão de estágio na atual conjuntura caracterizada pela mercantilização e precarização da educação superior e das condições de trabalho e os rebatimentos no processo de formação profissional. No artigo **A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORA – MG** o autor Nelson Machado Pinho Junior Este trabalho tem por objetivo refletir acerca da relação público-privado na gestão da Política de Assistência Social no município mineiro de Juiz de Fora, através da análise da dimensão do orçamento. No artigo **ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF** a autora Cassiana Ferreira Simões O presente trabalho analisou o acesso e as condições de permanência dos alunos das universidades públicas federais após a implementação das políticas de democratização do acesso Educação Superior, sobretudo, a Política de Ação Afirmativa. Para tanto, o campo para a realização da pesquisa foi o ESR/UFF, em que foram alvos os estudantes ingressos por meio das ações afirmativas, nas modalidades concernentes às cotas sociais, no período de 2013 a 2016.

No artigo **ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO**, os autores Letícia Batista da Silva, Luanda Café Santana dos Santos, Tarcila Freitas de Sousa desenvolve-se uma reflexão sobre o padrão de financiamento da política de saúde no Brasil, para a compreensão das condições objetivas e materiais ao trabalho em saúde. No artigo **ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE os autores** Bruno Moretti, Ana Paula Menezes do Rego buscam examinar a evolução das despesas federais de saúde entre 2014 e 2018. Procura-se mostrar o impacto da crise sobre tais despesas, revelando como a austeridade constrange a ação do Estado, tendência intensificada com a Emenda Constitucional que limita as despesas primárias aos valores do ano anterior, ajustados pela inflação. No artigo **POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS** os autores Danielle Galdino, Cristiano Guedes trazem o resultado de uma pesquisa de mestrado que mostra a história do Programa Federal de Proteção a Testemunhas, seus desafios e limites, o perfil e as necessidades dos protegidos, o significado de proteção adotado por ele e quais necessidades humanas consegue atender. No artigo **QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO**, o autor Tauã Lima Verdán Rangel analisar o banco de alimentos, típico equipamento público de alimentação brasileiro, na promoção do direito humano à alimentação adequada e promoção de acessibilidade e disponibilidade a tal direito. No artigo **RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017**, as autoras Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz e Flávia Abud Luz propõem-se a refletir sobre o racismo institucional no Brasil; um mecanismo fundado no poder e utilizado via

de regra e historicamente para dominar raças, povos, etnias de cor diferenciada (fator biologizante). No artigo **REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA** Rosimary de Souza Lourenço, Marlene de Deus Lima, Yoshiko Sasaki, buscam discutir sobre a educação e sua relação com o processo de ampliação de cidadania implica em conhecer a concepção de educação e a natureza e intervenção do Estado. No artigo **SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO**, as autoras Michele Ribeiro de Oliveira, Renata Lígia Rufino Neves de Souza. buscam discutir o Programa Mulheres Mil como parte das estratégias da política social com foco no enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais assumidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), as quais não se resumem a políticas compensatórias — via transferência direta de renda aos mais necessitados —, mas incorpora políticas estruturais, tais como ampliação ao acesso à educação e ao crédito. No artigo **TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS**, autora Hamida Assunção Pinheiro busca trazer a discussão das tramas e os dramas que envolvem o trabalho dos oleiros do estado do Amazonas, dando destaque às condições de trabalho e de vida destes trabalhadores. No artigo **VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL**, a autora **Wilma Lúcia Rodrigues Pessoa** analisa a articulação entre o racismo e a violência institucional do Estado Brasileiro na promoção do genocídio da juventude negra como componente estrutural da opressão de classe. Parto da consideração do que foi a constituição do racismo no Brasil suas especificidades e sua relação com o processo de expansão do capitalismo em escala global.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Cláudia Maria Costa Gomes	
Maria da Conceição da Silva Cruz	
Ana Karoline Nogueira de Souza	
Ana Manoela da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.4801922021	
CAPÍTULO 2	17
A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA IDOSA	
Sara do Nascimento Martins	
Regiane de Nazare de Sousa Rocha	
Maria Leonice da Silva de Alencar	
Edinalva Pinto Poça	
DOI 10.22533/at.ed.4801922022	
CAPÍTULO 3	26
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL	
Ketnen Rose Medeiros Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.4801922023	
CAPÍTULO 4	38
A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG	
Nelson Machado Pinho Junior	
Ednéia Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4801922024	
CAPÍTULO 5	51
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE	
Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4801922025	
CAPÍTULO 6	60
AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS	
Edemar Rotta	
Carlos Nelson dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.4801922026	
CAPÍTULO 7	74
CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA	
Daniela de Carvalho Ciriaco	
DOI 10.22533/at.ed.4801922027	

CAPÍTULO 8	88
CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO	
Mari Aparecida Bortoli Carlos Nelson dos Reis Heloísa Teles	
DOI 10.22533/at.ed.4801922028	
CAPÍTULO 9	103
DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO	
Ariele Azevedo da Silva Vieira Leonardo Barcelos Vieira Angela Maria Caulyt Santos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4801922029	
CAPÍTULO 10	117
DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL	
Ermildes Lima da Silva Louise Oliveira Ramos Machado	
DOI 10.22533/at.ed.48019220210	
CAPÍTULO 11	128
A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORÁ - MG	
UMA ANÁLISE DO ORÇAMENTO MUNICIPAL	
Nelson Machado Pinho Junior	
DOI 10.22533/at.ed.48019220211	
CAPÍTULO 12	140
ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF	
Cassiana Ferreira Simões	
DOI 10.22533/at.ed.48019220212	
CAPÍTULO 13	150
ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO	
Letícia Batista da Silva Luanda Café Santana dos Santos Tarcila Freitas de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.48019220213	
CAPÍTULO 14	161
ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE	
Bruno Moretti Ana Paula Menezes do Rego	
DOI 10.22533/at.ed.48019220214	

CAPÍTULO 15	174
POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS	
Danielle Galdino Cristiano Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.48019220215	
CAPÍTULO 16	188
QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO	
Tauã Lima Verdán Rangel	
DOI 10.22533/at.ed.48019220216	
CAPÍTULO 17	201
RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017	
Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz Flávia Abud Luz	
DOI 10.22533/at.ed.48019220217	
CAPÍTULO 18	210
REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	
Rosimary de Souza Lourenço Marlene de Deus Lima Yoshiko Sasaki	
DOI 10.22533/at.ed.48019220218	
CAPÍTULO 19	222
SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO	
Michele Ribeiro de Oliveira Renata Lúcia Rufino Neves de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.48019220219	
CAPÍTULO 20	234
TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS	
Hamida Assunção Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.48019220220	
CAPÍTULO 21	246
VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL	
Wilma Lúcia Rodrigues Pessôa	
DOI 10.22533/at.ed.48019220221	
SOBRE A ORGANIZADORA	255

SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO

Michele Ribeiro de Oliveira

Mestre em Serviço Social e Professora do Curso de Serviço Social do IFCE.

Iguatu/CE.

Renata Lígia Rufino Neves de Souza

Mestre em Serviço Social e Professora do Curso de Serviço Social do IFCE.

Iguatu/CE.

RESUMO: O trabalho discute o Programa Mulheres Mil como parte das estratégias da política social com foco no enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais assumidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), as quais não se resumem a políticas compensatórias — via transferência direta de renda aos mais necessitados —, mas incorpora políticas estruturais, tais como ampliação ao acesso à educação e ao crédito. Nesse contexto, a educação assumiria relevância para o caminho da equidade social, possibilitando igualdade de oportunidade no mercado de trabalho. Frente à expansão de formas precarizadas e informais de trabalho, o programa visa à elevação da escolaridade e à inserção das mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica no mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Social-Liberalismo. Pobreza. Política Social.

ABSTRACT: The paper discuss the Program Mulheres mil as a part of the strategies of the social politic with a spotlight on confronting the poverty and the social inequality taken by the governments of the Partido dos Trabalhadores (PT), which don't only refer to compensatory politics - by direct transference of income to the more needy -, but creates estrutural politics, as such as amplifying the access to education and to credit. In this context, the education would take a vital aspect in the way to social equity, giving equality in the on the job market. Faced with the expansion of precarious and informal forms of work, the program aims at raising the level of schooling and the inclusion of women in situations of socioeconomic vulnerability in the labor Market.

KEYWORDS: Social-Liberalism, Poverty, Social Policy.

INTRODUÇÃO

A crise estrutural do capital e as transformações contemporâneas do capitalismo refletem-se nas relações de trabalho, na redefinição da intervenção e função social do Estado, com desdobramentos nos investimentos na área social e com implicações nas políticas sociais, e tal discussão vem ocupando cada vez mais espaço no meio acadêmico.

Neste cenário de crescimento das desigualdades, as políticas sociais são configuradas pelo crivo da seletividade, e o foco tem sido o combate à extrema pobreza. Essas tendências se afirmam no governo Lula, que continuou operando uma política econômica para estabilidade financeira, tendo sido marcado por uma fase “neodesenvolvimentista”, que conjugaria o crescimento econômico com a equidade social.

O presente trabalho discute o Programa Mulheres Mil como parte das estratégias da política social com foco no enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais, as quais foram assumidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Tal enfrentamento, porém, não se resume a políticas compensatórias – via transferência direta de renda aos mais necessitados –, mas incorpora políticas estruturais, tais como ampliação ao acesso à educação e ao crédito. Assim, a educação, responsável pelo desenvolvimento do capital humano, assumiria relevância para o caminho da equidade social, uma vez que possibilitaria igualdade na busca de oportunidades para inserção no mercado de trabalho.

No primeiro momento, apresentamos uma breve discussão sobre o neodesenvolvimentismo – ou social-liberalismo – que conduz e orienta a tendência de intervenção do Estado no enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais, reduzindo a problemática à questão de gestão, mistificando as relações e contradições intrínsecas do modo de produção capitalista. Em seguida, discorreremos sobre o Programa Mulheres Mil, que visa à elevação da escolaridade e à inserção, no mercado de trabalho, das mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no contexto do crescimento exponencial do desemprego, decorrente da reestruturação produtiva, a qual representa estratégia de recomposição da taxa de lucratividade do capital no enfrentamento da sua crise. No momento em que a retórica da causa do desemprego como consequência da desqualificação profissional recrudescer na sociedade contemporânea, defende-se a necessidade de investir no capital humano, com capacitação para inserção no mercado de trabalho e fortalece o incentivo ao empreendedorismo como solução da problemática. Por fim, realizamos as considerações finais do estudo.

IDEOLOGIA NEODESENVOLVIMENTISTA E O COMBATE À POBREZA E À DESIGUALDADE SOCIAL

As formas de construção do capitalismo não são homogêneas e nem idênticas nos diversos países. Certamente, a constituição do Estado também é diferenciada. No caso brasileiro, é inconteste que o Estado favoreceu o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo no país, consideradas as particularidades deste modo de produção em um país periférico e dependente. Para Mandel (1985), no capitalismo tardio, o Estado assume relevância na regulação das relações econômicas e sociais,

contexto em que se valoriza a ideologia da organização e da função controladora do Estado, indispensável para a sociedade burguesa. Nesse sentido, suscita a tendência de aumentar não apenas o planejamento econômico do Estado, mas a socialização estatal dos custos (riscos) e perdas crescentes de processos produtivos.

No estágio de consolidação de mundialização e hegemonia financeiras, evidencia-se o movimento de liberalização e desregulamentação dos mercados nacionais. Isso se dá de forma paralela ao processo de acirramento de exploração do trabalho, sob as diversas formas de flexibilização, desregulamentação e precarização das relações e condições de trabalho. Segundo Antunes (2001), a configuração assumida pelo capitalismo contemporâneo vem acentuando sua lógica destrutiva. Como reordenamento de padrões de acumulação capitalista, a reestruturação produtiva é imperiosa, acarretando profundos impactos na esfera do trabalho, conseqüentemente, nos direitos sociais e no poder de pressão e mobilização da classe trabalhadora.

As transformações do capitalismo contemporâneo a partir dos anos 1970 objetivaram a recomposição das taxas de lucratividade e restauração do capitalismo e configurou como eixos estruturais a financeirização do capital, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva. Cabe destacarmos que, apesar da discussão conceitual híbrida em torno do neoliberalismo, pode-se apreendê-lo como uma reação teórica e política veementemente contrária ao Estado intervencionista de Bem-Estar Social, como forma de superar a recessão e o declínio da prosperidade econômica que marcaram o período do pós-guerra.

Assim, partimos do pressuposto de que essas transformações, decorrentes do estágio de financeirização do capital, permeiam distintas dimensões da vida social, refletindo nas relações e formas de consumo e gestão do trabalho, redefinições do papel e organização do Estado, novas configurações e tendências das políticas sociais, da sociabilidade individual e coletiva, com reforço ao individualismo, competitividade e impactos na capacidade de organização e luta coletiva.

A agenda política conduzida pelo Consenso de Washington, a partir da década de 1980, previa uma série de medidas para superar a crise da dívida externa, a estagnação econômica e os elevados índices inflacionários. Para tanto, priorizava desregulamentação da economia, centralidade do mercado, ajuste fiscal, flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho, reforma gerencial do Estado e privatização do patrimônio público. Tais medidas incidiram diretamente nas condições de vida da maioria da população, isto é, da classe trabalhadora, com perdas significativas de direitos sociais e trabalhistas e intensificação da precarização das relações e condições de trabalho. Como destaca Castelo (2012, p. 623),

Em essência, as medidas do Consenso representaram a vitória político-cultural da burguesia rentista e preparam o terreno para inserção da América Latina na etapa contemporânea do imperialismo, na qual a região se torna uma plataforma de valorização dos capitais estrangeiros por meio de compras e expropriações maciças de bens públicos e da especulação financeira.

Certamente, as consequências da agenda neoliberal promoveram profundos danos sociais, como aumento exponencial do desemprego estrutural e do pauperismo, retrocesso de direitos sociais, mercantilização de direitos e políticas sociais, privatização do patrimônio público, tudo isso aliado à baixa taxa de crescimento econômico e ao aumento da dívida pública. Nesse sentido, torna-se indispensável e necessário a intervenção do Estado no que concerne à regulação da política econômica e às redefinições da ação estatal. Como alerta Mandel (1985), para a “administração das crises” realiza-se um arsenal de políticas governamentais anticíclicas cujo objetivo é evitar ou adiar quedas bruscas dos lucros.

Dessa forma, a intervenção estatal é indispensável para estabilização da economia e das taxas de lucros, possibilitando a reprodução da dinâmica capitalista. É sob a retórica de superação da crise que se estabelecem medidas que visam ao crescimento econômico. Conforme Mota (2012), desenvolveu-se a cultura da crise na tentativa de se obter consensos sobre as medidas impostas.

Nos países periféricos e dependentes, os efeitos das pressões para adoção de ajustes socioeconômicos frente à crise estrutural do capital têm consequências deletérias sobre o trabalho e a vida dos(as) trabalhadores(as). As estratégias de enfrentamento da crise no Brasil revelam e associam os traços constitutivos da formação social, econômica, política, ideológica e cultural do país, que são a “dependência e exclusão econômico-social” (GUERRA, 2010). Notadamente, no curso do desenvolvimento capitalista, os(as) trabalhadores(as) vivenciam processos de pauperização e precarização das condições de vida e de trabalho.

A partir de meados dos anos 2000 foi dada uma resposta peculiar à crise do capitalismo dependente brasileiro. Assim, a ideologia do novo desenvolvimentismo (ou neodesenvolvimentismo) — que se convencionou nominar de social-liberalismo — surge a partir do momento em que o ideário neoliberal experimenta sinais de esgotamento, como afirma Castelo (2012), apresentando-se como uma terceira via tanto ao projeto liberal quanto ao do socialismo, concebendo o papel atuante e ativo do Estado nas falhas do mercado e nas desigualdades sociais.

Desse modo, as formulações neodesenvolvimentista apresentam-se como diferenciação entre o nacional-desenvolvimentismo e o Consenso de Washington. A ideologia do (neo)desenvolvimentismo prioriza as políticas macroeconômicas (que se apresentam mais relevantes que a política industrial ou estruturante) e tem como diretriz estratégica básica o crescimento com menor desigualdade, tendo o Estado brasileiro o papel de indutor econômico. Na nova fase do desenvolvimentismo brasileiro, a partir do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), o aumento das taxas de crescimento e a incipiente melhoria de indicadores sociais, favorecem a reatualização da referida ideologia. Desta forma, observou-se o incremento de políticas desenvolvimentistas e de estratégias de combate à pobreza combinadas a políticas sociais, o que possibilitou a ampliação do mercado interno, aumento do consumo das famílias e dos investimentos estatais em infraestrutura. Tal movimento

favoreceu o discurso da possibilidade da justiça social, do crescimento com redução das desigualdades sociais no atual padrão de acumulação.

Conforme Castelo (2012), os ideólogos do novo desenvolvimento postulam que o Brasil vivencia uma etapa do desenvolvimento capitalista inédita, propiciada pela junção do crescimento econômico e justiça social, em última análise, rompendo com o neoliberalismo e o subdesenvolvimentismo. Ao mesmo tempo, constroem uma agenda política e teórica acerca da “questão social”, com enfoque na redução dos níveis de pobreza mediante as políticas sócias compensatórias (transferência direta de renda aos mais necessitados) e estruturais (a exemplo da educação e da ampliação do crédito).

O social-liberalismo opera uma arma ideológica dos setores dominantes para neutralização político-cultural dos seus adversários; no caso brasileiro, reafirmou e reatualizou a direção intelectual-moral das classes proprietárias. Permitiu que fosse construído um consenso ideológico acerca das explicações das causas do pauperismo, concebendo-o como problema de gestão, desconsiderando os determinantes fundantes da dinâmica capitalista. Assim, construiu-se um novo consenso acerca da “questão social”, reduzida à pobreza extrema, e apresentou como estratégia para seu enfrentamento “as políticas sociais assistencialistas, o empoderamento dos indivíduos e a distribuição equitativa do ativo educação” (CASTELO, 2013, p. 357).

Destacamos que, neste estudo, a “questão social” é apreendida como o embate político entre capital e trabalho, indissociável do processo de acumulação da sociedade capitalista e dos efeitos que produz sobre o conjunto da classe trabalhadora na disputa pela riqueza produzida socialmente e apropriada de forma desigual. Portanto, é entendida como expressão das disparidades e econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formação regional, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2004). Também, exprime luta, resistência e insurgência dos sujeitos que vivenciam as desigualdades. Atualmente, acentua-se o paradoxo: quanto mais se produz riqueza, mais se gera a pobreza, como explicita a lei geral de acumulação capitalista.

Isto posto, importa afirmar a necessidade de dedicar maior atenção ao sistema educacional, de forma a propiciar maior eficiência no que tange à formação profissional, capacitando os(as) trabalhadores(as) para as demandas tecnológicas e organizacionais do mercado. Por isso, a ampliação de cursos profissionalizantes tem destaque — estes são, inclusive, previstos e realizados na Política da Assistência Social, como forma de geração de emprego e renda.

PROGRAMA MULHERES MIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE MULHERES E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Integrante do Plano Brasil Sem Miséria, o Programa Nacional Mulheres Mil — Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável — foi instituído em 2011 visando consolidar ações e políticas públicas que contribuam para a inclusão educacional, social e produtiva de mulheres advindas das áreas mais vulneráveis.

Este plano foi desenvolvido e implementado ao longo dos governos Lula (2003-2010), além de ter sido marco central do governo Dilma (2011-2014) no que concerne ao enfrentamento à pobreza. Foi regulamentado pelo Decreto n.º 7.492, em 2 de junho de 2011, durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, e articula diferentes estratégias de enfrentamento à pobreza, visando erradicar a pobreza extrema no país até 2014. O Brasil Sem Miséria está estruturado em três eixos: 1) garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; 2) inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades; e, 3) acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias (BRASIL, 2011).

Conforme o Manual do Programa Mulheres Mil (2012), que objetiva a formação educacional, profissional e tecnológica, permitindo a elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao trabalho das mulheres vulnerabilizadas, com estímulo ao empreendedorismo, associativismo e à empregabilidade.

É um programa operacionalizado pelos Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) nos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins. Ressaltamos que os IFs são frutos da reconfiguração das Escolas Técnicas Federais e da política de expansão do ensino superior a partir do governo Lula, através da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Os IFs, conforme a citada legislação, são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. São equiparados às universidades federais para efeito de fomento à pesquisa e prática de ações de extensão.

Conforme orientação do Programa, o foco nas mulheres é em virtude destas cada vez mais assumirem a chefia das famílias, sendo elas responsáveis pelo sustento familiar e, acima de tudo, pela educação dos(as) filhos(as) e outros membros da família. Nesse sentido, evidencia-se a centralidade da mulher na responsabilidade das relações familiares, com destaque ao cumprimento das condicionalidades, desenvolvimento e êxito dos programas sociais.

Sumariamente, o Programa pretende ampliar o atendimento ao direito à educação, possibilitando a inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, melhorando a renda das mulheres beneficiárias do Mulheres Mil, configurando-se

como uma estratégia para impulsionar o desenvolvimento econômico e social do país, mediante a redução dos índices de miséria e pobreza, além da elevação dos níveis educacionais. Ademais, visa contribuir para atingir a Meta Educacional 2012, em que o Brasil se comprometeu junto à Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), desde 2010. Além disso, tinha como meta a formação de 100 mil mulheres no período de 2011 a 2014, através da oferta de cursos e programas de educação profissional e tecnológica, com carga horária mínima de 160 horas. A metodologia é pautada no reconhecimento de aprendizagens previamente adquiridas, associado a um serviço de aconselhamento e atendimento às demandas das mulheres.

A partir de 2013, o Programa Mulheres Mil passou a integrar o Pronatec, do governo federal, cujo objetivo era ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, envolvendo um conjunto de iniciativas, como a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Programa Brasil Profissionalizado (fortalecendo e integrando a educação profissional e tecnológica ao ensino médio nas redes estaduais); Cursos Técnicos e de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou de qualificação profissional. Com o Pronatec, reforçou-se o repasse de recursos financeiros para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Social da Indústria (Sesi), inclusive com a oferta do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), para realização de cursos técnicos. Segundo informação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), do Ministério da Educação, mais de 100 mil vagas foram ofertadas pelos cursos de formação inicial e continuada do Programa Mulheres Mil em todo o país. Desse total, no período de 2014 a 2016¹, a partir da integração do Programa ao Pronatec, foram ofertadas 61,8 mil vagas. Apesar desses dados, inexistente a formalização do Censo educacional no programa, portanto sem estatística sobre sua execução e, conseqüentemente, sem acompanhamento dos impactos dos cursos de formação inicial e continuada para as mulheres participantes.

Os programas de qualificação profissional e a geração de renda são focos de outras políticas sociais, a exemplo da Assistência Social, que prioriza as mulheres como público-alvo das ações. Nesse panorama sociopolítico, que sob o crivo dos requisitos do capital globalizado, amplia-se o subemprego, expande-se a oferta de trabalhos informais e a redução dos vinculados à proteção da previdência social, aprofundando a desigualdade social e aumentando o número de pessoas população em situação de extrema pobreza.

O acirramento das desigualdades sociais, associado ao crescente desemprego, à agudização da pobreza e à miséria, atinge toda a população, entretanto, como é evidenciado por Soares (2003), na última década ocorreu um crescimento da pobreza entre as mulheres significativamente desproporcional aos homens. Conforme Duque-Arrazola (2006), recaí sobre as mulheres das classes subalternas o fenômeno da

1. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/links/1102-mulheres-em-situacao-de-vulnerabilidade-contam-com-100-mil-vagas-em-programa-de-capacitacao>. Acesso em: 17/maio/2017.

feminização da pobreza, acentuado nos países periféricos do capitalismo, onde são menores os menores salários e maior a exploração das mulheres. Apoiados na perspectiva da *feminização* da pobreza, organizações como o Banco Mundial recomendam a focalização de políticas de combate à pobreza direcionadas às mulheres, explicitamente nas políticas de educação, saúde e serviços assistenciais.

Nesse contexto, o discurso em torno da formação e qualificação profissional se apresenta como estratégia de enfrentamento ao desemprego, em que esse fenômeno não decorre da própria lógica do modo de produção capitalista, como mecanismo de recomposição da taxa de lucratividade, mas como falta de qualificação dos(as) trabalhadores(as).

Sem dúvida, como expressão da reestruturação produtiva, expande-se o desemprego, com o crescimento de formas de trabalho precarizado, terceirizado, subcontratado, tempo parcial, desprotegido, ou seja, tem-se o aumento da informalidade do trabalho, a qual se expressa sob diversas modalidades atípicas, acentuando a exploração e, em muitos casos, as situações degradantes.

Nesse contexto, dilata-se uma tendência à terceirização e à informalidade do trabalho, a qual atende a funcionalidade do capital, na medida em que permite a elevação dos lucros. Atualmente, a ênfase no empreendedorismo incentiva a informalidade do trabalho, reforçando atividades em “pequenas empresas” ou na esfera doméstica. Dessa forma, os(as) trabalhadores(as), em sua maioria, recebem baixos salários e ficam desprotegidos (as) da legislação trabalhista.

Decerto, a informalidade constitui uma ameaça de pauperização para os(as) trabalhadores(as), pois significa um trabalho desprotegido, com baixo rendimento e exposição a diversas formas de exploração, atingindo de forma contundente parcela significativa da população vendedora da força de trabalho, conforme já demonstrado por Antunes (2006).

As mudanças recentes na produção e relações de trabalho tendem a modificar a divisão social do trabalho e, particularmente, a divisão sexual. Conforme Hirata (2002), é nesse cenário que se desenvolve de forma acentuada a precarização e a informalização. Assim, a reestruturação atinge sobretudo as mulheres, configurando um processo de uma *flexibilidade sexuada*.

Além da inserção no mercado de trabalho, o discurso do empreendedorismo no Programa Mulheres Mil também enfoca na emancipação das mulheres. Concernente à emancipação, destacamos que se torna fundamental os avanços das mulheres, com conquistas inegáveis ao longo na história, expressos nos documentos e legislação, fruto das lutas sociais das mulheres. Entretanto, como aponta Mészáros, uma das características dos limites absolutos do capital e suas expressões contemporâneas diz respeito à luta das mulheres pela sua emancipação, tendo em vista que se apresenta como uma contradição insolúvel nos limites da sociedade burguesa. A liberação das mulheres, a luta do feminismo, estando centrada na questão da igualdade, “encontra saídas para sua realização dentro dos limites do sistema do capital. A causa da

emancipação e da igualdade das mulheres envolve os processos de instituições mais importantes de toda a ordem sociometabólica”. (MÉSZÁROS *apud* CISNE; GURGEL, 2008, p. 71).

O reconhecimento legal dos direitos das mulheres, expressão de conquistas históricas, colide com as condições materiais, objetivas, para que sejam efetivados os direitos. Destacamos a importância do reconhecimento dos direitos materializados nas políticas públicas para mulheres, todavia sua implementação entra em confronto com a lógica de exploração e alienação da sociabilidade burguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideologia do neodesenvolvimentismo (ou social-liberalismo) conjuga crescimento econômico com justiça social, supostamente se apresentando como uma ruptura com o neoliberalismo ou o subdesenvolvimentismo. No segundo mandato do governo Lula, face ao colapso da pragmática neoliberal no que tange à incapacidade de responder as demandas do crescimento econômico, da distribuição de renda e da equidade social, a temática do neodesenvolvimentismo ganhou relevância no Brasil. Desse modo, suscitaram propostas governamentais visando diminuir níveis de desemprego e viabilizar acesso ao consumo de massa via redução de impostos, programas de combate com foco na transferência direta de renda e valorização do salário mínimo. Tais medidas permitem alterar indicadores de pobreza extrema, mas não revertem o nível da desigualdade, que é persistente e acentuado na sociedade brasileira.

Nos últimos decênios, as políticas sociais brasileiras imprimem o conservadorismo e revelam uma direção compensatória, focalista, seletiva, centrada em situações-limite, direcionada à extrema pobreza, com enfoque nos programas de transferências de renda, cuja característica é minimizar as situações sociais já instaladas. Tais programas de transferência de renda podem até diminuir indicadores da pobreza, mas não possibilitam a redução da desigualdade social, ao contrário, acentua-se. Permitem a inserção dos pobres no mercado via transferência de renda (monetária), associada ao controle/acompanhamento do cumprimento de condicionalidades, ao mesmo tempo em que evidencia a lógica da necessidade da eficácia do gasto social, ao focar na extrema pobreza. Como destaca Netto (2012), essas políticas são centradas na indigência, operadas pela minimização do Estado e o seu papel interventivo e extremamente focalizadas.

Nesse sentido, a atual tendência de enfrentamento à pobreza (o que se torna mais evidente da “questão social”) ocorre deslocada de políticas que resultem na ampliação de garantias sociais e de direitos, uma vez que reforça a seletividade e a focalização. Essa direção propicia o distanciamento dos princípios de universalidade das políticas sociais, conseqüentemente, a materialização dos direitos sociais. Essa

tendência implica no deslocamento da concepção de direitos para a noção ampla de consumo.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho é marcada por significativas e persistentes desigualdades entre os sexos. A divisão sexual do trabalho se intensifica no momento da reestruturação produtiva, desemprego estrutural, tão marcante na atualidade. Isso concorre para o fenômeno de *feminização* da pobreza, recendo atenção e recomendações de acordos internacionais, para incorporar políticas com recorte de gênero, sobretudo ampliar ações que visem à qualificação profissional. Desse modo, fortalece o discurso do empreendedorismo, da ampliação do crédito e do acesso à educação como solução para a superação das desigualdades sociais. Contudo, é importante considerar a complexa e contraditória lógica da sociedade capitalista, com amplo desemprego, perda de direitos sociais e trabalhistas.

O acesso à educação e à formação profissional é um importante direito a ser assegurado às mulheres, e importante diante da atual sociabilidade capitalista, a qual requer especialidade e conhecimentos para inserção no mercado de trabalho. Porém, ressaltamos que isso não assegura a vaga no “posto de trabalho”, uma vez que se vivencia o forte desemprego estrutural, com expansão de formas de trabalho cada vez mais precarizadas e informais.

Na proposta do Programa Mulheres Mil é observado o foco na qualificação profissional, com no mínimo 160 horas de duração dos cursos, revelando uma formação aligeirada, convergindo com a tendência da política educacional hodierna, que tem como escopo a lógica da flexibilidade a partir das necessidades do mercado.

As transformações sociais decorrentes da acumulação capitalista acirram a reprodução da ordem patriarcal de gênero, intensificando a divisão social e sexuada do trabalho, com aumento da exploração, discriminação e subordinação das mulheres. Decerto, a limitação da efetivação de direitos e da cidadania afeta homens e mulheres, contudo atinge de forma contundente o segmento feminino, seja no âmbito do trabalho, seja no acesso às políticas e aos direitos e, especialmente, na cobrança pelo acompanhamento e cuidado dos membros da família.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 8ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILLI, Pablo; FROGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000.

BRASIL. **Lei n.º 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao

Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em: 10 mar. 2013.

_____. **Decreto n.º 7.492, de 2 de junho de 2011**. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm. Acesso em: 12 out. 2013.

_____. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 15 mai. 2011.

_____. **Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil** – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/MEC/MDS. Brasília. 2012.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 112. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. **Revista Ser Social**, n. 22, Brasília, UnB, 2008.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. Políticas de Assistência Social e os Tempos Sociais Femininos: Um caso brasileiro. **Revista Nômadias**, n. 24. Colômbia: Universidade Central, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 112. São Paulo: Cortez, 2012.

GUERRA, Yolanda. Direitos sociais e sociedade de classes: o discurso do direito a ter direitos. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Org.). **Ética e Direitos**: ensaios críticos. 2ª ed. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2010.

HIRATA, Helena. Reorganização da produção e transformações do trabalho: uma nova divisão sexual? In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, 2ª ed., n. 3, Brasília, UnB/ABEPSS, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTISCA. **Primeiros Dados do Censo 2010**. IBGE. 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmu_n=230550. Acesso em: 10 abr. 2013.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MOTA, Ana Elizabete. Crise, desenvolvimentismo e tendência das políticas sociais no Brasil e na América Latina. **Revista Configurações**, n. 10, Lisboa, 2012. Disponível em: <https://configuracoes.revues.org/1324> Acesso em: 23 mai. 2016.

NETTO, José Paulo. A questão social na América Latina. In: GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; RAIZER, Eugênia Célia (Org.). **A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano**.

Vitória/ES: EDUFES, 2012.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOARES, Laura Tavares R. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-148-0



9 788572 471480